

ORGANIZADORES

PAULO HENRIQUE DOS **SANTOS LUÇON**

JULIANA CORDEIRO **DE FARIA**

EDGARD AUDOMAR **MARX NETO**

ESTER CAMILA GOMES **NORATO REZENDE**

PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO

Homenagem aos 80 anos do professor
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale dos Santos

- Fechamento desta edição: 19.07.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P956

Motta, Carlos Alberto

Processo civil contemporâneo: homenagem aos 80 anos do professor Humberto Theodoro Júnior / organização Edgard Audomar Marx Neto ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8198-3

1. Direito processual - Brasil. 2. Processo civil - Brasil. I. Marx Neto, Edgard Audomar.

18-51165

CDU:347.91/.95(81)

SUMÁRIO

TEORIA GERAL DO PROCESSO

1	MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS –	
	<i>Antonio do Passo Cabral</i>	3
1.	Introdução à modificação das convenções processuais: premissas necessárias.....	4
2.	Modificação das convenções processuais pelas próprias partes. As cláusulas de adaptação	5
2.1.	Cláusulas de indexação e cláusulas de salvaguarda	7
2.2.	A adaptação do acordo por iniciativa unilateral da parte....	8
2.3.	Cláusulas de prorrogação da duração do acordo ou de substituição de termo. Possibilidade de prorrogação automática em caso de omissão.....	8
2.4.	Cláusulas de renegociação. Cláusulas de <i>hardship</i>	9
3.	Modificação do acordo processual pelo juiz	11
3.1.	Dever de renegociar e o interesse de agir no pedido revisional	11
3.2.	Preferência normativa pela revisão do acordo em relação à sua extinção.....	12
3.3.	Desequilíbrio superveniente do acordo processual.....	13
3.3.1.	Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> , teoria da imprevisão e sua aplicabilidade aos negócios jurídicos processuais	14
3.3.2.	O princípio do equilíbrio contratual e a revisão das convenções processuais	17
4.	Extinção dos acordos processuais.....	18
4.1.	Fatos extintivos e cessação involuntária da relação convencional	19
4.2.	Extinção do acordo processual por ato voluntário. Resolução, rescisão, rescisão, revogação, distrato: falta de uniformidade conceitual	19

4.2.1.	Resolução e resilição	19
4.2.1.1.	Revogação e distrato	22
4.2.1.2.	Preclusão da possibilidade de revogação ou distrato: preclusões temporais e lógicas. Dificuldade interpretativa nas omissões	23
4.2.4.	Rescisão convencional e sua diferença para a invalidade	26
4.2.5.	Invalidade dos acordos processuais	27
4.2.5.1.	Exigências formais para a invalidação das convenções processuais	28
4.2.5.1.1.	<i>In dubio pro libertate</i> e ônus argumentativo	28
4.2.5.1.2.	Instrumentalidade das formas	28
4.2.5.1.3.	Conversão e fungibilidade ..	29
4.2.5.1.4.	Contraditório prévio e fundamentação	32
5.	Conclusão	32
2	CONTRADITÓRIO EFETIVO – Daniel Amorim Assumpção Neves	33
1.	O princípio do contraditório e o CPC de 2015	33
2.	Poder de influência	34
2.1.	Direito de influenciar a formação do convencimento do Juízo	34
2.2.	Direito de reagir em tempo hábil	35
2.3.	Direito das partes de terem seus argumentos considerados pelo juiz	36
3.	Vedação à decisão surpresa	38
3.1.	Introdução	38
3.2.	Fundamento fático	40
3.3.	Fundamento jurídico	41
3.4.	Fundamento legal	43
4.	Relativização do contraditório	45
4.1.	Introdução	45
4.2.	Contraditório diferido	45
4.3.	Dispensa na hipótese de ser o contraditório inútil	47
5.	Conclusões	49

3	A JUSTIÇA CIVIL NO BRASIL ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O CÓDIGO REFORMADO – Daniel Mitidiero	50
4	DO DEVER JUDICIAL DE ANÁLISE DE TODOS OS ARGUMENTOS (TESSES) SUSCITADOS NO PROCESSO, A APRECIÇÃO DA PROVA E A ACCOUNTABILITY – Dierle Nunes e Lúcio Delfino	64
1.	Introdução.....	65
2.	O que é isto – o <i>solipsismo judicial</i> ?	66
3.	A máxima <i>iura novit curia</i> e o atentado ao devido processo constitucional	67
4.	O contraditório substancial e o repensar do direito processual civil.....	70
5.	O <i>iura novit curia</i> em tempos de Novo CPC.....	71
6.	Do dever judicial de análise de todas as teses suscitadas pelos litigantes	72
7.	A questão da apreciação das provas, sistemas e <i>accountability</i>	78
7.1.	Do princípio da relevância ou pertinência probatória (da proibição da antecipação do resultado da prova)	80
8.	Considerações finais.....	81
5	A BOA-FÉ NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Eduardo Tomasevicius Filho	84
	Introdução	84
1.	O conteúdo do princípio da boa-fé.....	87
2.	O princípio da boa-fé em ambos os Códigos de Processo Civil	89
3.	O que mudou no Novo Código de Processo Civil?	92
3.1.	Exigência de novos comportamentos	92
3.2.	Dever de coerência.....	94
3.3.	Dever de informação	96
3.4.	Dever de cooperação	98
	Considerações finais	100
6	A EFETIVIDADE DO CONTRADITÓRIO E A ATUAÇÃO JUDICIAL: O NOVO ART. 10 DO CPC/2015 – Érico Andrade	102
1.	Introdução.....	102
2.	O contraditório e os temas levantados de ofício pelo juiz na França e na Itália	107
3.	O novo art. 10 do CPC/2015: âmbito de aplicação e as consequências da sua violação	124
4.	Conclusão.....	140

7	O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: COOPERAÇÃO PARA O PROCESSO – <i>Hermes Zaneti Jr.</i>	142
1.	Introdução.....	142
2.	O princípio da cooperação e o conflito processual como uma doença: a história do princípio no Brasil.....	143
3.	A cooperação para o processo: obrigações processuais para as partes e para o juiz decorrentes do princípio da cooperação.....	147
4.	Tendências contemporâneas para o dever legal de cooperação.....	149
5.	Conclusões.....	153
8	TEMPO, DURAÇÃO RAZOÁVEL E CELERIDADE DO PROCESSO: ENSAIO SOBRE OS MITOS E O TEMPO NECESSÁRIO PARA O JULGAMENTO – <i>João Alberto de Almeida e Thiago Carlos de Souza Brito</i>	154
	Introdução.....	154
1.	Percepções do tempo quantitativo e qualitativo: <i>cronos e kairos</i>	155
2.	O tempo no direito processual civil: duração razoável do processo e celeridade.....	157
3.	Alguns mitos sobre o tempo no processo.....	159
	Conclusão.....	162
9	INSTRUMENTALISMO E GARANTISMO: VISÕES OPOSTAS DO FENÔMENO PROCESSUAL? – <i>José Roberto dos Santos Bedaque</i>	163
1.	A ideia de instrumentalidade do processo.....	163
2.	A instrumentalidade do processo segundo Cândido Rangel Dinamarco.....	164
3.	Críticas à visão instrumentalista. A doutrina e a instrumentalidade do processo.....	168
4.	Instrumentalidade do processo: não li e não gostei.....	172
5.	O instrumentalismo e a doutrina processual brasileira.....	175
6.	Instrumentalismo não se opõe a garantismo.....	176
7.	Concepções unitária e dualista do direito.....	181
8.	A instrumentalidade e o devido processo constitucional.....	183
9.	Instrumentalidade, formalismo, efetividade e ativismo judicial.....	185
10.	Considerações finais.....	191
10	AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL NO ANIVERSÁRIO DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – <i>José Rogério Cruz e Tucci</i>	192

11	NEGÓCIO PROCESSUAL E O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO – <i>Marcelo de Oliveira Milagres</i>	201
1.	Introdução.....	201
2.	Negócio jurídico e autonomia da vontade	202
3.	Acordos processuais.....	205
3.1.	Em busca de uma definição	205
3.2.	Tipicidade ou atipicidade do negócio processual	206
3.3.	Limites e controle	207
3.4.	Momento de realização	208
4.	Compromisso de ajustamento de conduta	208
5.	Negócio processual e compromisso de ajustamento de conduta pelo Ministério Público.....	210
6.	Conclusão.....	214
12	A ÉTICA E OS PERSONAGENS DO PROCESSO – <i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro</i>	215
13	A IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ COMO PRINCÍPIO CONSECUTÓRIO DO PROCESSO COOPERATIVO – <i>Renata C. Vieira Maia</i>	222
1.	Introdução.....	222
2.	O princípio da identidade física do juiz.....	223
2.1.	Breve esboço histórico da identidade física do juiz nos CPCs de 1939, 1973 e 2015	228
3.	Da identidade física no processo cooperativo do qual se exige contraditório como poder de influência e não surpresa.....	232
4.	Conclusão.....	237
14	PROCESSO COMO MÉTODO ARGUMENTATIVO ESTATAL DE SOLUÇÃO JUSTA DAS CONTROVÉRSIAS – <i>Samuel Meira Brasil Jr.</i>	239
1.	Introdução.....	239
2.	O alvorecer da ciência processual	240
3.	Processo como relação jurídica processual.....	242
4.	Processo como procedimento em contraditório.....	244
5.	Processo como método <i>argumentativo</i> de solução das controvérsias	246
6.	A necessidade da pretensão de correção na prestação jurisdicional.....	249
7.	Conclusões	251
8.	Referências	252

15	DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ENVOLVENDO A COISA JULGADA: LIMITES AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE DAS PARTES – Thiago Pinto Coelho Leone.....	253
1.	Introdução.....	253
2.	O princípio do autorregramento da vontade.....	254
3.	A coisa julgada.....	256
4.	As convenções processuais envolvendo a coisa julgada.....	257
4.1.	Do negócio jurídico sobre os efeitos da decisão judicial transitada em julgado	258
4.2.	Negócios jurídicos sobre a <i>exceptio rei iudicatae</i>	259
4.3.	Negócios jurídicos processuais sobre a renúncia ao direito à rescisão do julgado	262
4.4.	Negócio jurídico para afastar a coisa julgada	264
5.	Conclusões	267
16	O ARTIGO 52, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC E SUA APLICAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA – Werther Botelho Spagnol.....	269
1.	Contextualização.....	269
2.	Definição, no ordenamento jurídico, da competência para o processamento de causas envolvendo o interesse de Entes Federados... ..	275
3.	A constitucionalidade da opção contida no parágrafo único do art. 52 do CPC. Ajuizamento da demanda contra Estados Federados no foro de domicílio do autor	278
4.	Conclusão.....	284

PROCESSO DE CONHECIMENTO

17	TUTELA AUTOSSATISFATIVA E ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA – Ester Camila Gomes Norato Rezende	287
1.	Introdução.....	287
2.	Tutela autossatisfativa como espécie de tutela de urgência	288
2.1.	Sistematização das tutelas de urgência conforme o critério do risco: tutela cautelar, tutela antecipada e tutela autossatisfativa.....	288
2.2.	Características da tutela autossatisfativa	292
2.3.	Aplicação da tutela autossatisfativa no direito brasileiro e sua adequação constitucional	298
3.	Breves considerações sobre a estabilização da tutela antecipada....	302

4.	A não confusão entre tutela autossatisfativa e a estabilização da tutela antecipada.....	305
5.	Conclusão.....	307
18	TUTELA SUMÁRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: APONTAMENTOS ACERCA DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA – <i>Fernando Gonzaga Jayme e Alexandre Rodrigues de Sousa</i>	309
1.	Introdução: da tutela antecipada à sua estabilização	309
2.	Estabilização da tutela antecipada no CPC/2015: breve síntese do procedimento.....	312
3.	Apontamentos críticos à estabilização da tutela antecipada no novo CPC	316
3.1.	Incoerência no procedimento: aditamento da inicial prévio à eventual interposição de recurso.....	316
3.2.	A estabilização e os direitos indisponíveis	318
3.3.	Processos contra a Fazenda Pública.....	319
3.4.	A tutela antecipatória estabilizada e a formação de coisa julgada.....	322
4.	Conclusões	325
19	A DISTRIBUIÇÃO LEGAL, JURISDICIONAL E CONVENCIONAL DO ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO – <i>Fredie Didier Jr.</i>	326
1.	Introdução.....	326
2.	Conceito de ônus da prova. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva.....	327
3.	Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	330
4.	Distribuição legal do ônus da prova	331
4.1	Generalidades	331
4.2.	A “inversão <i>ope legis</i> ” do ônus da prova.....	333
4.3.	Prova diabólica. Prova duplamente diabólica.....	334
4.4.	Ônus da prova de fato negativo	336
5.	Distribuição convencional do ônus da prova	338
6.	Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	341
6.1.	Generalidades	341
6.2.	Pressupostos formais gerais	342
6.2.1.	Decisão motivada.....	342

	6.2.2. Momento da redistribuição	343
	6.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa	344
	6.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	345
	6.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo	347
20	CONSIDERAÇÕES SOBRE COISA JULGADA: LIMITES OBJETIVOS E EFICÁCIA PRECLUSIVA – Giovanni Bonato	349
	1. Introdução.....	349
	2. Os limites objetivos da coisa julgada e as questões prejudiciais no CPC de 1973	352
	3. Os limites objetivos da coisa julgada e as questões prejudiciais no direito italiano	354
	4. A extensão da coisa julgada às questões prejudiciais no NCPC brasileiro.....	358
	5. A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	359
	6. Coisa julgada e situações jurídicas não pedidas.....	364
	7. Conclusões	365
21	AS NOVAS MODALIDADES DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: O DISCOVERY “À BRASILEIRA” – Gláucio Maciel Gonçalves e Marcelo Veiga Franco	367
	1. Introdução.....	367
	2. O exemplo do sistema processual dos EUA: a importância da fase pré-processual para prevenir a judicialização desnecessária de conflitos e estimular o emprego de meios adequados de solução de disputas.....	368
	2.1. O <i>discovery</i> como a mais importante técnica pré-processual	372
	3. A produção antecipada da prova no Código de Processo Civil de 2015: as novas modalidades como uma técnica adequada de prevenção e solução de conflitos	375
	4. Considerações finais.....	379
22	APLICAÇÃO DA REMESSA NECESSÁRIA EM DECISÃO DE MÉRITO REALIZADA EM DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS – Jason Soares de Albergaria Neto e Isis Ribeiro Pinto.....	381
	1. Introdução.....	381

2.	Origem e evolução legislativa	382
3.	Do objetivo da remessa necessária	384
4.	Hipóteses de cabimento da remessa necessária	386
5.	Das hipóteses, além das sentenças	388
6.	Novos conceitos de sentença e decisão interlocutória no NCPC ...	388
6.1.	Evolução do conceito de sentença no ordenamento jurídico pátrio.....	388
6.2.	O conceito de sentença no CPC/2015	390
6.3.	Decisão interlocutória no CPC/2015.....	391
7.	Conclusão.....	393
23	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL, LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO UNITÁRIO E COISA JULGADA NO SISTEMA DO CPC DE 2015 – José Marcos Rodrigues Vieira	394
24	SANEAMENTO DO PROCESSO, ESTABILIDADE E COISA JULGADA – Leonardo Greco.....	402
1.	Modelos rígidos e flexíveis de procedimento em 1º grau	403
2.	O despacho saneador em Portugal e no Brasil.....	403
3.	Preclusões rígidas desagradam tanto ao publicismo quanto ao privatismo	406
4.	Necessidade de flexibilidade e divergências doutrinárias.....	408
5.	Decisão de saneamento	415
6.	A estabilização da decisão de saneamento no Código de 2015	416
7.	Questões processuais pendentes	421
8.	Questões de fato e questões de direito.....	424
9.	Decisão sobre as provas a serem produzidas.....	427
10.	Distribuição do ônus da prova	430
11.	Pedido de esclarecimentos ou ajustes.....	431
12.	Acordos sobre matérias da decisão de saneamento.....	433
13.	Audiência de saneamento	438
14.	Rol de testemunhas	439
15.	Calendarização da prova pericial e atos de impulso.....	441
16.	Tutela da urgência e da evidência	442
17.	Decisões de mérito e coisa julgada	443
18.	Deficiências do saneador, nulidade, rescisória e erros materiais.....	444
19.	Considerações finais	445

25	A DIFICULDADE EM VER QUE A COISA JULGADA PODE SER INVOCA- DA POR TERCEIROS – Luiz Guilherme Marinoni.....	446
1.	Delimitação do problema.....	446
2.	A influência da ideia de coisa julgada enquanto tutela de um bem.....	447
3.	A regra de que a coisa julgada é restrita às partes e a consequente perspectiva de enfoque dos terceiros.....	447
4.	A percepção de que o interesse na coisa julgada não é apenas da parte e a superação da regra da mutualidade no <i>common law</i>	450
5.	Os diferentes modos de ver a relação entre a coisa julgada e os terceiros no <i>civil law</i> e no <i>common law</i>	453
6.	Reconstrução do conceito de coisa julgada: a possível invocação pelo terceiro contra o vencido.....	456
26	O (LIVRE) CONVENCIMENTO MOTIVADO E O INDISSOCIÁVEL DI- REITO FUNDAMENTAL À PROVA – BASE PARA A LEGITIMIDADE DOS PROVIMENTOS – Maurício Ferreira Cunha.....	466
1.	Introdução.....	466
2.	Cognição e (livre) convencimento motivado.....	468
3.	O processo a partir do Estado Democrático de Direito: necessária vinculação como decorrência da leitura do texto constitucional ...	474
4.	A argumentação discursiva pelo contraditório (evolução do con- ceito de processo) e o direito fundamental à prova.....	477
5.	Legitimidade dos provimentos e fundamentação racional.....	480
5.1.	Adequabilidade ao ordenamento pátrio e formato de cons- trução do provimento.....	482
5.2.	A colaboração na atividade instrutória: processo coopera- tivo como premissa básica.....	484
5.3.	O texto positivamente constitucionalizado (princípios) alicer- çando a racionalidade do provimento (legalidade estrita).....	487
6.	Conclusão.....	488

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCESSO COLETIVO

27	O REGIME DE COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS E O CONTROLE JUDICIAL DA COMPETÊNCIA ADEQUADA NO DIREITO BRASILEIRO – Adriana Mandim Theodoro de Mello e Neman Mancilha Murad.....	493
	Breve homenagem.....	494

1.	Introdução.....	494
2.	As normas de atribuição de competência no processo coletivo brasileiro.....	495
2.1.	O microssistema de processo coletivo: o papel da Lei de Ação Civil Pública e do CDC no regramento da tutela coletiva de direitos.....	495
2.2.	A regra geral: competência absoluta do foro do local do dano.....	497
2.3.	A competência para os conflitos de caráter regional e nacional: art. 93, II, do CDC.....	499
3.	Impactos negativos do modelo de foros concorrentes para a definição de competência das ações coletivas.....	501
3.1.	<i>Forum Shopping</i> : o exercício abusivo do direito de escolha de foro pelo autor coletivo	501
3.2.	A pulverização de demandas em diversos foros potencialmente competentes	502
3.3.	A solução trazida pelo <i>microssistema</i> : modificações de competência territorial absoluta e reunião dos processos no juízo prevento.....	503
4.	O controle judicial da competência adequada como instrumento para equacionar as consequências negativas do modelo de foros concorrentes.....	506
4.1.	O <i>forum non conveniens</i> : primeiras reflexões sobre o controle da competência adequada na doutrina nacional	506
4.2.	A aplicação do <i>forum non conveniens</i> no processo coletivo: o princípio da competência adequada.....	508
5.	Considerações finais	510
28	A DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: PRETENSÕES VEICULÁVEIS, SOCIEDADES ALCANÇADAS E LEGITIMIDADE – Rodrigo Mazzei e Tiago Figueiredo Gonçalves.....	511
1.	Introdução.....	511
2.	Dissolução total e dissolução parcial de sociedade e procedimentos para o exercício das respectivas pretensões.....	512
3.	Das sociedades sujeitas à dissolução parcial.....	514
3.1.	Dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado pela quebra da “ <i>affectio societatis</i> ”	515
3.2.	Dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado por não poder preencher o seu fim	516

4.	Pretensões cumuláveis na ação de dissolução parcial	516
5.	Legitimidade ativa.....	517
5.1.	Legitimidade ativa do espólio em caso de morte do sócio..	518
5.2.	Legitimidade ativa do(s) sucessor(es) em caso de morte do sócio	518
5.3.	Legitimidade ativa da sociedade em caso de morte do sócio	519
5.4.	Legitimidade ativa do sócio retirante	520
5.4.1.	Exercício prévio do direito de retirada.....	521
5.4.2.	Não alteração contratual consensual.....	522
5.5.	Legitimidade ativa da sociedade no caso de exclusão do sócio	522
5.6.	Legitimidade ativa do sócio excluído	523
5.7.	Legitimidade ativa do cônjuge ou companheiro do sócio cujo casamento união estável ou convivência terminou.....	523
6.	Legitimidade passiva.....	526
29	O MODELO DE TUTELA COLETIVA PROCESSUAL BRASILEIRO E O DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL – Tereza Cristina Sorice Baracho Thibau e Thaís Costa Teixeira Viana.....	528
1.	Introdução.....	528
2.	O modelo contemporâneo de democracia constitucional e seus discursos contramajoritários: o desafio da inclusão social	529
2.1.	Inclusão social e cidadania no Estado Democrático de Direito Brasileiro	536
3.	A consolidação do modelo jusprocessual de inclusão social e o sistema integrado de tutela aos direitos coletivos.....	538
3.1.	Os direitos coletivos em sentido <i>lato</i> e a proteção às minorias.....	542
4.	Os institutos do processo coletivo brasileiro na promoção da cidadania e da inclusão social.....	547
5.	Conclusão.....	552
 EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA		
30	FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL: ANÁLISE DOS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DISTINÇÃO DA SITUAÇÃO DAS ALIENAÇÕES SUCESSIVAS – Camila Campos Baumgratz Delgado	557

1.	A regulamentação da fraude no ordenamento jurídico brasileiro. A fraude à execução fiscal – previsão legal e alterações legislativas.....	557
2.	Análise crítica do acórdão de julgamento do Recurso Especial 1.141.990 pelo Superior Tribunal de Justiça: entendimento anterior da mesma Corte e precedentes mencionados no acórdão	559
3.	A inaplicabilidade do entendimento do Recurso Especial 1.141.990 para os casos de alienações sucessivas de bens.....	564
31	O USO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS PELO PODER PÚBLICO: A INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94 DE 2016 – Carolina Paim Silva	569
1.	Introdução.....	569
2.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.679/DF.....	572
3.	Análise crítica das questões levantadas na ADI nº 5.679/DF.....	575
3.1.	Argumentos pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 94.....	575
3.2.	Argumentos pela constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 94	580
4.	Conclusão.....	584
32	PODER GERAL DE ADOÇÃO DE MEDIDAS COERCITIVAS E SUBROGATÓRIAS NAS DIFERENTES ESPÉCIES DE EXECUÇÃO – Eduardo Talamini	585
1.	Introdução.....	586
2.	Tutela dos deveres de fazer e não fazer (execução fundada em “título judicial”)	587
2.1.	Eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 497	587
2.2.	A regra específica autorizadora de medidas atípicas.....	588
2.3.	Medidas sub-rogatórias e medidas coercitivas atípicas.....	588
2.4.	Parâmetros para a definição das medidas atípicas.....	588
2.5.	Os limites da prisão civil	590
2.6.	Medidas sub-rogatórias atípicas.....	590
2.7.	A coexistência de mecanismos sub-rogatórios e coercitivos.....	593
3.	Execução de obrigação de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial	594
3.1.	Inexistência de provimento mandamental	594

3.2.	Disciplina própria para a multa coercitiva.....	595
3.3.	Medidas sub-rogatórias	595
3.4.	Não cabimento de medidas coercitivas atípicas	595
3.5.	Medidas atípicas na hipótese de concessão de tutela urgente na execução	596
4.	Tutela para entrega de coisa	596
4.1.	Irrelevância do art. 139, IV	596
4.2.	O caráter subsidiário da incidência da multa e das medidas atípicas	597
4.3.	Medidas sub-rogatórias atípicas – A medida atípica de intervenção judicial	597
4.4.	A eficácia mandamental e o emprego de meios coercitivos: limites.....	599
4.5.	A aplicação de multa e medidas sub-rogatórias e coercitivas atípicas na execução para a entrega de coisa fundada no título extrajudicial	600
5.	Execução por quantia certa (título judicial e extrajudicial)	601
5.1.	A divergência doutrinária	602
5.2.	Os fundamentos para a diversidade de modelos de tutela ..	604
5.3.	Devedor sem patrimônio para responder pela dívida.....	604
5.4.	Devedor com dinheiro em espécie suficiente para responder pela dívida	605
5.5.	Devedor solvente, mas sem liquidez.....	605
6.	Medidas coercitivas típicas na execução por quantia certa	605
7.	Os juros (coerção pecuniária periódica) – O paradoxo da multa ..	606
8.	As modalidades expropriatórias executivas – Suficiência dos meios sub-rogatórios	606
8.1.	O campo de incidência das medidas atípicas: dever de colaboração e não obstrução da justiça; preservação patrimonial.....	607
8.2.	Ordem do juiz e medidas atípicas	608
8.3.	Tutela antecipada urgente na execução	609
8.4.	Execução de alimentos	609
8.5.	Breve nota comparativa	609
9.	Para não dizer que não falei das medidas indutivas	612
10.	Conclusão.....	614

33	BREVE HISTÓRICO LEGISLATIVO E DOUTRINÁRIO DA DICOTOMIA COGNIÇÃO-EXECUÇÃO NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO – AUTONOMIA OU SINCRETISMO? – Heitor Vitor Mendonça Sica	617
1.	Introdução.....	617
2.	Premissas teóricas acerca da execução civil.....	618
3.	Dicotomia cognição-execução no direito romano e medieval e seu legado para os sistemas processuais contemporâneos	623
4.	Recíproca autonomia entre cognição e execução no sistema jurídico brasileiro: estruturação dogmática e legislativa.....	628
5.	(Segue) Paulatina desconstrução dogmática e pretoriana.....	634
6.	(Segue) Paulatina desconstrução legislativa.....	643
7.	Impactos da desconstrução legislativa da recíproca autonomia (breve síntese crítica).....	650
8.	Iniciativa ou impulso para a execução de título judicial produzido perante a jurisdição estatal civil brasileira	654
9.	Superação dos demais fundamentos pela autonomia do processo de execução de título judicial produzido pela jurisdição estatal civil brasileira.....	664
10.	Conclusão.....	667

PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

34	O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DOS PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – Alexandre Quintino Santiago e Tatiana Rocha Robortella	671
1.	Introdução.....	671
2.	Aspectos gerais	672
3.	Natureza jurídica.....	677
4.	Requisitos.....	678
5.	Legitimidade.....	680
6.	Competência para processamento e julgamento	680
6.1.	Regimento Interno do TJMG	680
6.2.	IRDR sobre matéria de competência dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública	682
7.	Procedimento	684
8.	Aplicação da tese jurídica.....	685
9.	Recursos cabíveis.....	687
10.	Conclusão.....	687

35	OS DESAFIOS DA APELAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – Arruda Alvim	689
	Introdução	689
	1. O julgamento das causas maduras em sede de apelação	690
	2. Sobre o cabimento da apelação contra as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões.....	696
	3. A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor.....	700
	Considerações finais	701
36	PRECEDENTES VINCULANTES NO CPC/2015 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DE UM PROCESSO ESTRUTURAL – Bernardo Ribeiro Câmara e Igor de Oliveira Mansur.....	703
	1. Introdução.....	703
	2. Diferenciação entre precedente (pelo CPC/15), jurisprudência e súmula	705
	3. Considerações iniciais sobre a estrutura normativa do sistema de precedentes no CPC/15.....	708
	3.1. Artigo 926 do CPC/15 – uma norma principiológica.....	709
	3.1.1. Dever de estabilidade.....	710
	3.1.2. Dever de integridade	710
	3.1.3. Dever de coerência.....	711
	3.2. Artigo 927 do CPC/15 – da existência de precedentes vinculantes	713
	4. Vantagens para adoção de um sistema de precedentes vinculantes	715
	4.1. Segurança jurídica.....	715
	4.2. Isonomia.....	716
	4.3. Duração razoável do processo.....	717
	5. Decisões estruturantes.....	718
	5.1. Conceito	718
	5.2. Exemplo do potencial uso do precedente vinculante como instrumento capaz de criar decisões estruturais	720
	6. Conclusão.....	721
37	RECURSO DO VENCEDOR NO IRDR: HOMENAGEM A HUMBERTO THEODORO JÚNIOR – Carolina Uzeda.....	723
	1. Introdução.....	723

2.	O recurso do vencedor no IRDR. Com a palavra: Humberto Theodoro Júnior.....	724
3.	O recurso do vencedor no IRDR	726
4.	Cabimento de Recurso Especial para formação de precedente de abrangência nacional	727
5.	Conclusão.....	729
38	TEORIA BRASILEIRA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E O ARGUMENTO NOVO, NÃO CONSIDERADO NA FORMAÇÃO DA TESE JURÍDICA – Délio Mota de Oliveira Júnior	730
1.	Introdução.....	730
2.	A distinção (<i>distinguishing</i>) e a superação (<i>overruling</i>): uma análise interpretativa	733
2.1.	A técnica da distinção (<i>distinguishing</i>).....	733
2.2.	A técnica da superação (<i>overruling</i>)	735
3.	A formação dos precedentes judiciais	738
4.	Análise acerca da não aplicação da tese jurídica em razão de argumento novo, não abordado na fundamentação do precedente judicial	743
5.	Conclusão.....	745
39	A PRÁTICA DO SISTEMA DE PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS: ENTRE FANTASMAS E POTENCIAIS – Edilson Vitorelli.....	746
1.	Proposta.....	746
2.	O que é um precedente?	747
3.	Uma não revolução: o sistema de precedentes judiciais obrigatórios não é novo	748
4.	O Brasil precisa de um sistema de precedentes?	749
5.	O sistema de precedentes mudará a Justiça brasileira?	750
6.	O sistema de precedentes e o direito comparado: dois mitos	753
7.	Em quais ocasiões o sistema de precedentes do CPC poderá funcionar bem?.....	755
8.	Em quais situações o sistema de precedentes do CPC poderá funcionar mal?.....	758
8.1.	Casos com variantes fáticas complexas	758
8.2.	Precedentes à brasileira	760
8.3.	O processo coletivo	762
9.	Considerações finais	765

40	PERSPECTIVAS DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS PELA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ – <i>Guilherme Costa Leroy</i>	767
1.	A sistemática dos honorários advocatícios recursais	767
2.	Panorama jurisprudencial do STF e STJ	771
2.1.	Função dos honorários advocatícios recursais: remuneração e/ou punição?.....	776
2.2.	Honorários advocatícios recursais frente ao direito intertemporal	780
3.	Considerações finais	782
41	O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PERSPECTIVA: REFLEXÕES EM TORNO DA NATUREZA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC – <i>Juliana Cordeiro de Faria, Edgard Audomar Marx Neto e Marcelo Andrade Féres</i>	784
1.	Introdução: dois anos de vigência do CPC/2015 e as polêmicas em torno do agravo de instrumento.....	784
2.	Breve panorama da história evolutiva do agravo de instrumento e os modelos de recorribilidade das interlocutórias.....	786
3.	Decisão interlocutória e sua (ir)recorribilidade imediata e em separado: a ruptura do sistema de preclusão no CPC/2015	790
4.	Nova sistemática de recorribilidade e o resgate de uma anacrônica solução: o mandado de segurança contra decisões interlocutórias não incluídas no rol do art. 1.015.....	792
5.	A tentativa de se combater o anacronismo: possíveis soluções?.....	793
5.1.	A natureza do rol: exemplificativo ou taxativo?	793
5.2.	Taxatividade e interpretação extensiva: um paradoxo?.....	795
6.	Conclusão: resistir à tentação é preciso.....	800
42	AÇÃO RESCISÓRIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 – <i>Paulo Henrique Dos Santos Lucon</i>	802
1.	Introdução.....	802
2.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz	803
3.	Juiz impedido ou absolutamente incompetente.....	804
4.	Dolo da parte vencedora e colusão entre as partes.....	805
5.	Ofensa à coisa julgada	806
6.	Violação à norma jurídica.....	806
7.	Prova falsa	809
8.	Prova nova e documento novo.....	810
9.	Erro de fato	810
10.	Prazo decadencial.....	811
11.	Encerramento	813

43	O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – Ricardo de Carvalho Aprigliano.....	814
1.	Homenagem ao professor Humberto Theodoro Júnior	814
2.	Introdução.....	815
3.	Função constitucional do Superior Tribunal de Justiça	816
4.	Feriado local e a tempestividade do recurso especial. Exigência no ato da interposição e a possibilidade de sua comprovação posterior.....	818
5.	A ampliação do rol de hipóteses do artigo 1.015. Em particular, o Agravo de Instrumento sobre decisões que versem sobre competência.....	822
6.	O papel do Superior Tribunal de Justiça na formulação dos precedentes no direito brasileiro	827
7.	Conclusões.....	829
44	PANORAMA CONTEMPORÂNEO DA RECORRIBILIDADE DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS – Ronaldo Vasconcelos	830
1.	Introdução.....	830
2.	O Código de Processo Civil de 2015	831
3.	Desdobramentos do novo sistema processual.....	832
3.1.	Aparente colisão entre os binômios rapidez-probabilidade X segurança-certeza	833
3.2.	Presunção de acerto das determinações <i>a quo</i> e o <i>case management</i>	835
4.	Ainda a aparente colisão dos binômios rapidez-probabilidade X segurança-certeza: impossibilidade da atribuição de efeito suspensivo ao agravo interposto contra decisão parcial de mérito.....	838
5.	Conclusões	844
45	TEMAS COMUNS E SOLUÇÕES DIVERSAS NO STJ E NO STF – Sérgio Luiz Kukina.....	846
1.	Introdução.....	846
2.	Da aparição do STJ e de sua convivência com o STF	847
3.	Perspectivas frente ao CPC/2015.....	848
4.	Arranjos possíveis para a superação do <i>imbroglio</i>	850
5.	Conclusão.....	852

46	A LEI 13.655/2018, A MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA E NORMAS DE DIREITO INTERTEMPORAL – Teresa Arruda Alvim	853
1.	Palavras ao homenageado	853
2.	A necessidade de que situações idênticas sejam decididas da mesma forma – A Súmula 343	853
3.	Sobre a necessidade de preservação de certas situações	858
4.	Alteração da jurisprudência.....	859
5.	Preservação de outros valores	860
6.	Princípio da confiança.....	861
7.	Lei 13.655/2018 (alterações na LINDB).....	863

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

47	A VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO EFETIVO E A CONSEQUENTE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL – Fernanda Theodoro Gomes	869
1.	O procedimento arbitral no Brasil e a sua natureza jurisdicional ..	869
2.	O contraditório no procedimento arbitral.....	870
3.	O ônus da prova no procedimento arbitral	874
4.	A sentença arbitral e as hipóteses de nulidade	876
48	UMA QUESTÃO POLÊMICA: O ÁRBITRO É OBRIGADO A OBSERVAR OS PRECEDENTES JUDICIAIS? – Luiza Gonzaga Drumond Cenachi	879
1.	Introdução.....	879
2.	Uma premissa necessária: arbitragem é jurisdição e se insere no modelo constitucional de processo.....	880
3.	Correntes.....	884
3.1.	Fundamentos contrários à vinculação do árbitro aos precedentes judiciais.....	884
3.2.	Fundamentos favoráveis à vinculação do árbitro aos precedentes judiciais.....	886
4.	Notas conclusivas.....	890
49	ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL: UMA ANÁLISE EM TORNO DA CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO – Suzana Santi Cremasco e Bruno Giannetti Viana	893
1.	Considerações iniciais	893

2.	Certeza, liquidez e exigibilidade da sentença arbitral	896
2.1.	O prazo para propor ação declaratória de nulidade da sentença arbitral	897
2.2.	A liquidação da sentença arbitral.....	901
2.3.	A eficácia executiva da sentença arbitral contrária a precedente judicial.....	903
3.	Conclusões	907
50	PRESENTE E FUTURO DA MEDIAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS – Trícia Navarro Xavier Cabral.....	909
1.	Introdução.....	909
2.	A evolução legislativa da mediação	910
3.	Justiça Multiportas	913
4.	Aspectos relevantes da Lei de Mediação	915
5.	A mediação no Código de Processo Civil.....	917
6.	Desafios e perspectivas da mediação no Brasil	918